



**CONTRACARTOGRAFIAS INSURGENTES:
AUDIOTOUR NO PARQUE DOS POVOS INDÍGENAS**

**CONTRACARTOGRAFÍAS INSURGENTES:
AUDIOTOUR EN EL PARQUE DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS**

**INSURGENT COUNTER-CARTOGRAPHIES:
AUDIOTOUR IN THE PARK OF INDIGENOUS PEOPLES**

Gabriel Dias de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0003-1780-9757>

André Demarchi²

<https://orcid.org/0000-0002-9134-441X>

Renata Ferreira da Silva³

<https://orcid.org/0000-0001-6433-6564>

RESUMO

Este artigo apresenta, descreve e analisa, com base na metodologia da Pesquisa Baseada em Artes, o processo de criação de um *audiotour*, que propõe uma intervenção crítica na cartografia oficial de Palmas, Tocantins. O Parque dos Povos Indígenas foi selecionado como espaço de investigação por sua simbologia na narrativa da criação do estado e por constituir uma homenagem aos indígenas. A metodologia adotada articula práticas artísticas com ênfase na caminhada como ferramenta de percepção e observação do espaço urbano, com o objetivo de gerar deslocamentos sensíveis e cognitivos. O *audiotour* propõe um trajeto que instaura uma contracartografia no parque, produzindo mapas afetivos capazes de sensibilizar os ouvintes para novas formas de ocupação dos espaços urbanos. Buscamos estimular a reflexão sobre a presença e a resistência dos povos

¹ Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). É produtor cultural e atualmente é diretor de audiovisual do SESC-Tocantins.

² Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador e professor Associado da Universidade Federal do Tocantins nos cursos de Ciências Sociais e Educação Intercultural Indígena. É docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, líder do Grupo de Pesquisa ContraNarrativas e Tutor do Grupo Pet Indígena Conectando Conhecimentos. Email: andredemarchi@uft.edu.br.

³ Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina com Pós-doutorado pelo Instituto de Artes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora, atriz, contadora de histórias e professora no curso de Lic. em Teatro da Universidade Federal do Tocantins. Atualmente coordena o projeto de educação patrimonial Roteiro dos Afetos: *audiotour* patrimonial de Natividade (IPHAN, TO).

originários em seus territórios, contribuindo para a ressignificação do espaço público e da memória coletiva.

Palavras-chave: Contracartografia, Parque dos Povos Indígenas, Pesquisa baseada em artes, Audiotour, Caminhada.

RESUMEN

Este artículo presenta, describe y analiza, con base en la metodología de la Investigación Basada en las Artes, el proceso de creación de una *audioguía*, que propone una intervención crítica en la cartografía oficial de Palmas (TO). El Parque dos Povos Indígenas fue seleccionado debido a su rol simbólico en la narrativa de la creación del estado y por ser una homenaje a los indígenas. La metodología adoptada articula prácticas artísticas con énfasis en el caminar como herramienta de percepción y observación del espacio urbano, con el objetivo de generar desplazamientos sensibles y cognitivos. La audioguía propone un recorrido que establece una contracartografía en el parque, produciendo mapas afectivos capaces de sensibilizar a los oyentes sobre las nuevas formas de ocupación de los espacios. Buscamos estimular la reflexión sobre la presencia y la resistencia de los pueblos indígenas, contribuyendo a la redefinición del espacio público y la memoria colectiva.

Palabras clave: Contracartografía; Parque de los Pueblos Indígenas; Investigación Basada en las Artes; *Audiotour*; Caminata.

ABSTRACT

This article presents, describes, and analyzes, based on the methodology of Arts-Based Research, the process of creating an *audiotour*, which proposes a critical intervention in the official cartography of Palmas (TO). The Parque dos Povos Indígenas was selected as the research site due to its symbolic role in the narrative of the creation of the state and because it constitutes a tribute to indigenous people. The adopted methodology articulates artistic practices with an emphasis on walking as a tool for perceiving and observing urban space, with the aim of generating sensitive and cognitive displacements. The audio tour proposes a route that establishes a counter-cartography in the park, producing affective maps capable of sensitizing listeners to new forms of occupation of urban spaces. We seek to stimulate reflection on the presence and resistance of indigenous peoples in their territories, contributing to the redefinition of public space and collective memory.

Keywords: Counter-cartography, Parque dos Povos Indígenas, Arts-Based Research, Audiotour, Walking.

Introdução

Figura 1: *Audiotour* Sussuapara



Fonte: Autor.

É inútil sentar-se para escrever sem nunca ter se levantado para viver.
(THOREAU. Diário, 1837 – 1861 apud GRÓS, 2010, p. 100)

A partida da nossa caminhada tem lugar: ela acontece no norte do Brasil, na cidade de Palmas, a capital do estado mais novo do país, o Tocantins. Uma cidade planejada, que foi criada no final dos anos 1980. Este acontecimento só foi possível graças à Assembleia Nacional Constituinte⁴ no processo de redemocratização.

Inspirada em outras cidades planejadas, Palmas possui um Plano Diretor, o chamado centro, em que não há bairros e sim grandes quadras, dentro delas estão as áreas voltadas para o comércio e para as residências. As avenidas que separam essas quadras são grandes e conectadas por rotatórias, uma tentativa de diminuir as esperas comuns dos sinais de trânsito. Fora do Plano Diretor a cidade cresce como qualquer outra cidade, desordenadamente.

A capital se configura como um espaço marcado por antagonismos na organização urbana. Observa-se a coexistência entre acessos planejados às quadras, voltados prioritariamente para automóveis e motocicletas, e percursos improvisados criados pelos próprios usuários. As rotatórias, concebidas para facilitar a fluidez do tráfego motorizado, acabam por dificultar a travessia de pedestres, que enfrentam obstáculos para cruzar as avenidas de forma ágil. As calçadas, por sua vez, apresentam trajetos sinuosos, escassa arborização e baixa qualidade de infraestrutura, contrastando com os atalhos espontaneamente traçados pelos pedestres em busca de sombra e percursos mais

⁴ A Assembleia Nacional Constituinte, no contexto do processo de redemocratização do Brasil, foi o órgão responsável por elaborar a Constituição Federal de 1988, marcando a transição oficial do regime militar (1964–1985) para um regime democrático, foi fundamental para a criação do estado do Tocantins porque incluiu explicitamente sua criação no texto constitucional, algo que não existia antes.

diretos.

Surge aqui a inquietação que dá origem a essa pesquisa, como, a partir desta cidade, questionar a nossa realidade urbana tal qual ela está colocada? Quais as histórias que estão escondidas pela correria do cotidiano nas diversas camadas de esquecimento social e cultural nos espaços em que vivemos? Como ressignificar estes locais?

Para pensar a cidade precisamos habitar os seus cantos, andar por eles e observar suas características. O ato de caminhar como um processo de criação artística e de experiência estética não é uma novidade, vem sendo utilizado cada vez com mais frequência por pesquisadores de diversas áreas e por artistas.

Nesta pesquisa, utilizamos como referência Frédéric Gros, especialmente seu livro *Caminhar, Uma Filosofia*, em que conta com maestria diferentes vertentes dessa forma de prática criativa. Em um dos seus textos nos recorda que Rousseau, filósofo iluminista precursor do romantismo, precisava da caminhada para se inspirar, pensar e criar: “é no decorrer de caminhadas prolongadas que lhe vêm as ideias, é nos caminhos que as frases lhe chegam aos lábios, como que marcando de leve o compasso do movimento, são as trilhas que estimulam sua imaginação” (GRÓS, 2010, p. 69).

O devaneio causado pela caminhada foi muito precioso para grupos de artistas e ativistas culturais, como os dadaístas, que repensaram o modo de se pensar a arquitetura urbana, isso aconteceu com grande força em dois momentos da história mundial após as duas grandes guerras, realizavam as anti-caminhadas, redirecionando as ocupações dos espaços urbanos considerados comuns ou simplesmente esquecidos, uma tentativa de trazer a cultura para fora das casas especializadas em espetáculos, transformando as caminhadas em novas sensações, descobrindo novos significados das praças e ruas já apagadas pela rotina das metrópoles cheias de carros, motos, transportes diversos que retiravam as pessoas das calçadas e do convívio social (CARERI, 2013).

Em 1960, ainda sob os impactos sociais do pós-guerra, o filósofo Guy Debord, em colaboração com outros pensadores, artistas e ativistas ligados ao movimento artístico-político denominado Internacional Situacionista, promove uma inflexão crítica em relação às propostas dos dadaístas e letristas. Diferenciando-se das abordagens mais espontâneas e lúdicas de ocupação do espaço urbano, o grupo passa a atuar de forma sistemática contra determinadas práticas, a saber:

Mesmo conservando a inclinação pela busca do suprimido da cidade, os situacionistas substituem o caso das errâncias surrealistas por uma construção das *regras do jogo*. Jogar significa sair deliberadamente das regras e *inventar* as próprias regras, libertar a atividade criativa das construções socioculturais, projetar ações estéticas e revolucionárias que ajam contra o controle social. (CARERI, 2013, p.85)

Palmas, com apenas trinta e seis anos desde sua fundação, apresenta especificidades no que se refere à construção de sua cartografia sob uma perspectiva histórica. Diante de sua relativa juventude enquanto capital, questiona-se em que medida determinados aspectos simbólicos e históricos podem

estar ausentes ou sub-representados em suas representações espaciais. Nesse contexto, indaga-se ainda sobre a possibilidade de que a população estabeleça uma relação automatizada ou funcionalista com os espaços e equipamentos culturais disponíveis, em detrimento de usos mais simbólicos ou afetivos.

Escolhemos pesquisar o Parque dos Povos Indígenas, pois é neste espaço que se conta uma das histórias da gênese de Palmas. A principal figura durante a constituinte a lutar pela criação do Tocantins foi o então deputado federal Siqueira Campos que foi empossado como primeiro governador do estado em 1989.

Conta-se que Eduardo Siqueira Campos estava sentado abaixo da copa da Fava de Bolota, uma árvore típica do cerrado e símbolo do estado, hoje protegida por lei (UNITINS), quando proclamou: “aqui construirei a cidade de Palmas, a nova capital do Tocantins” (CONEXÃO TOCANTINS, 2017). Esta árvore estava localizada na Praça da Árvore, que em 2017 foi reformada para se tornar parte de um projeto maior, o Parque dos Povos Indígenas. O parque é um equipamento cultural da capital, possui uma história, mas que foi ressignificada a partir de uma ação política com o objetivo de homenagear os povos indígenas do estado e do mundo. Entretanto, a construção do seu projeto nunca foi entregue por completo à população, mas ainda assim possui uma grande importância dentro do cotidiano do povo da cidade.

O Brasil, batizado a partir da árvore símbolo traficada para a Europa, é povoado pelos povos indígenas, destes, nove povos resistem no estado do Tocantins, são eles: Krahô, Apinajé, Karajá, Javaé, Xambioá, Avá-Canoeiro, Xerente, Krahô-Kanela e Pankararu. E nessa história, temos mais uma vez com uma árvore como peça fundamental da gênese de uma cidade no centro do país.

A parte metodológica da pesquisa consistiu no desenvolvimento de uma performance sonora, um *audiotour*. Uma ferramenta tecnológica democrática e de fácil acesso para produção e difusão do conteúdo auditivo experimental desta pesquisa. Escolhemos este formato, porque já é amplamente utilizado como uma ferramenta de produção cultural, afinal o ouvinte pode acessar o conteúdo estando ou não conectado à internet, uma vez que em muitas plataformas de *streaming* o *arquivo* pode ser ouvido online ou offline, sendo baixado antecipadamente no equipamento do receptor.

Este artigo apresenta, portanto, a experiência de criação de um audiotour, um experiência sonora criada na cidade de Palmas, Tocantins, para contar histórias silenciadas, esquecidas, fragmentadas ou apagadas.

O Parque dos Povos Indígenas

Os territórios são ocupados pela humanidade de formas diversas, condicionadas pelas especificidades culturais de cada grupo. Nesse sentido, as populações residentes em grandes cidades e capitais apresentam ritmos, relações e dinâmicas particulares relacionadas à moradia,

lazer, descanso, trabalho, consumo e deslocamento. Tais características diferem significativamente quando comparadas, por exemplo, às populações de cidades interioranas, às comunidades ribeirinhas, ou ainda aos povos originários, alguns dos quais permanecem isolados e sem contato direto com a sociedade não indígena. As diferentes culturas estão em constante choque que, majoritariamente acontecem violentamente, seja num contato cultural indesejado, invasão de território, falta de políticas públicas e por falta de medidas sanitárias

Estes choques são diários, como podemos observar nas diversas notícias que recebemos durante os últimos anos em relação aos povos indígenas como a PL 2633/2020 (chamada de PL da grilagem, pois anistia esse crime para quem os praticou, mesmo sendo em terras indígenas), a PL 984/2019 (que pretende criar uma rodovia no Parque Nacional do Iguaçu, que é a última grande reserva de mata atlântica), ou a PL 191/2020 (que autoriza a exploração das terras indígenas por grandes projetos de infra-estrutura e mineração).

Partindo desse contexto mais amplo de resistência dos povos originários, nesta seção investigaremos o Parque dos Povos Indígenas, pensando sobre suas conexões com os povos do estado do Tocantins e sobre a história oficial do parque, buscando entender como de tecem relações de ocupação desse território urbano. Para tanto é necessário compreender que:

Os índios são os primeiros indígenas do Brasil. As terras que ocupam não são sua propriedade — não só porque os territórios indígenas são terras da “União”, mas porque são eles que pertencem à terra e não o contrário. Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena (CASTRO, 2017, p 5)

A concepção de propriedade privada e da livre exploração dela por parte de seu proprietário é determinante para que boa parte das disputas com os territórios indígenas aconteça, por diversas razões. Palmas é uma cidade jovem, planejada, onde se misturam pessoas de diversas regiões do país e do mundo. Ao longo dos anos e com o crescimento de sua urbanidade e da população a ocupação de espaços públicos foi se modificando.

O mesmo aconteceu com a Praça da Árvore, que era escura, considerada insegura, embora às vezes pudessem acontecer pequenos eventos culturais noturnos num ativo quiosque ou em dias de jogos de futebol. Por conta de uma revitalização, atualmente a população de Palmas não se refere mais a este local como Praça da Árvore, mas como Parque dos Povos Indígenas, mesmo que o restante de seu projeto não tenha sido concluído e que a praça oficialmente continue com seu nome original e que ela integre um plano maior que é o parque. Após a entrega da praça revitalizada a população passou a ocupar diariamente este espaço. Este fenômeno pode ser compreendido a partir da territorialização dos espaços.

Adota-se aqui a definição cultural de territorialização, a saber, apropriação ou valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido. Logo, desterritorialização seria a perda dos vínculos identitários com o seu território, que podem ocorrer por questões econômicas, políticas ou culturais (TEIXEIRA, 2014, p. 8).

Este local, chamado de Parque dos Povos Indígenas, é um projeto criado pela prefeitura na gestão do ex-prefeito Carlos Amastha (PSB). Em seu planejamento a obra foi dividida em diversas etapas, que foram iniciadas a partir da revitalização da Praça da Árvore, localizada na Avenida LO-04, na quadra ACNE 11, uma quadra considerada central e que está ao norte. O parque foi concebido para ser um legado dos Jogos Mundiais Indígena⁵.

Na etapa inicial, além da revitalização da antiga praça, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, de Palmas, construiu uma pista profissional de *skate*; quatro quadras de areia para diversos esportes; *playground*; duas academias ao ar livre; pista de caminhada com ciclovia ao redor do parque e nas áreas arborizadas; estacionamentos e banheiro público situados perto do quiosque, e uma área para uma feira livre permanente.

A obra foi dividida em oito etapas, onde as etnias indígenas do Tocantins seriam homenageadas. A primeira etapa homenageou todos os povos do mundo em sua abertura. O parque inteiro pretende ter uma extensão de dezessete quilômetros, o que em teoria poderia formar um corredor ecológico para tráfego de animais e teria a implantação de diversos equipamentos culturais e esportivos ao longo do parque.

Os homenageados que habitam áreas demarcadas são os povos Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô-Kanela, Apinajé e Avá-Canoeiro, já os Pankararu não possui ainda a sua demarcação. Nenhuma delas estão localizadas na capital, a mais próxima, a Terra Indígena Funil, do povo Xerente, está a cerca de 80 quilômetros de distância.

O estado e a capital possuem histórias grandiosas que contam de suas aspirações de separação de Goiás, que remontam um norte esquecido e empobrecido, quando esses causos são contados, pouco se ouve dos povos originários. Na Praça dos Girassóis, local que concentra os poderes legislativo, judiciário e executivo do estado, há grafias indígenas ao longo de seu calçamento de pedras portuguesas e imagens históricas nas frisas do Palácio Araguaia, mas segundo Anjos e Pôrto Júnior, apesar do discurso de que a cidade e o estado foram criados de um vazio, a luta pela emancipação de Goiás remonta a 179 anos de história,

Assim, sem passado ou população preexistente, Palmas é uma cidade que tem origem do nada (ex-nihio), de forma que tudo é uma construção. A sua tradição é inventada politicamente e sua história é imaginada como uma unidade constituída a partir da política de estado (PORTO JÚNIOR; ANJOS; 2017, p. 14).

Como percebemos por este recorte, não há uma narrativa em que os povos originários tenham participado efetivamente do processo de criação do estado e da capital, que era entendida como um

⁵ Em 2015 foi realizada a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas em Palmas – TO. Anteriormente houve 12 edições nacionais dos jogos. Para mais informações acesso em: [http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/53719-perguntas-e-respostas-conheca-os-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20os%20Jogos,e%20Ci%C3%A4ncia%20Ind%C3%ADgena%20\(ITC\).](http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/53719-perguntas-e-respostas-conheca-os-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20os%20Jogos,e%20Ci%C3%A4ncia%20Ind%C3%ADgena%20(ITC).)

vazio, sintetizada na frase presente nas narrativas dos pioneiros de que “não havia nada aqui”.

A luta dos povos indígenas é diária e a preservação das suas diversas culturas jamais deixou de ser um assunto do momento, mesmo quando a sociedade de forma geral não está atenta a estas questões. No documentário *Guerras do Brasil.Doc* o filósofo, escritor e líder indígena Ailton Krenak aponta que

O Brasil não existia, o Brasil é uma invenção. E a invenção do Brasil ela nasce exatamente da invasão. Inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses, e depois continuada pelos franceses, num modo, sem parar, onde as invasões nunca tiveram fim. Nós estamos sendo invadidos agora! (KRENAK)

E levando essa colocação em comparação com o que aconteceu na recente história do Tocantins, a luta dos povos indígenas pelos seus territórios já acontecia anteriormente ao surgimento do estado e disputando com os interesses de ocupação dos agro-empresários. Portanto é simbólico que a homenagem aos povos indígenas realizada pelos antigos gestores da prefeitura tenha sido escolhida justamente em um território localizado no meio da cidade, a Praça da Árvore.

Pesquisa baseada em artes ou uma aposta contra cartográfica

Quais contranarrativas ou contracartografias podem ser construídas por meio de uma experiência estética direcionada aos frequentadores do Parque dos Povos Indígenas, com o intuito de postergar o que Krenak (2019) denomina como o “fim do mundo”? De que maneira é possível ativar rotas alternativas e modos de caminhar que transcendam os percursos convencionais de corrida presentes nos parques, de modo a fomentar novas formas de habitar, pensar e sentir o espaço? A exploração de trajetos inéditos configura a proposição de contracartografias insurgentes, que possibilitam a percepção e o aproveitamento das múltiplas potencialidades oferecidas pelo ambiente.

Para compreender o conceito de uma prática cartográfica contrária à sua forma clássica de produção é essencial entender o que e como ela é realizada. Os mapas são representações de espaços, delimitam as dimensões e as fronteiras daquilo que representam, orientam o observador ao demonstrar um ponto de vista em uma escala distante da terra, olhada de uma perspectiva de quem está por cima da terra, uma visão aérea, e que traz informações selecionadas por quem produziu o mapa.

Em 1519 foi produzido o que se considera o primeiro mapa econômico do Brasil, demonstrava o comércio colonial e exploratório da árvore símbolo do país, o pau-brasil. Diversos países europeus produziram mapas do chamado novo mundo a partir do Século

XVI com o objetivo de controlar seja o poder no território ou o comércio e o tráfico de bens e insumos. Portugal manteve o controle da colônia e após o fim do império o desenvolvimento de uma cartografia nacional continuou, e é somente em 1985 que chegamos a ter 98,9% do território nacional mapeado (ARCHELA, 2017), mesmo tendo 163 anos de independência, à época.

Seguindo a perspectiva positivista, a cartografia, como uma forma de pesquisa e de execução científica, estaria registrando em seus mapas a representação da realidade geográfica (SEEMANN, 2003), entretanto esta perspectiva foi sendo criticada e modificada por diversos geógrafos, pensadores, ativistas e artistas como os Situacionistas.

We might be used to thinking that maps are exact representations of reality. But neither does neutrality exist in the production of maps nor does it exist in their use. In the hands of capitalism and its institutions, mappings have been instrumentalized in many ways: for installing order and executing domination of colonizers over the colonized, for consolidating economic blocks, for justifying private control over public spaces, for legitimizing borders, for exploiting natural resources and common goods (MESQUITA, 2018, p. 26)⁶

Nessa trajetória de análise crítica, adotamos o conceito de contracartografia alinhado às perspectivas dos Situacionistas, como Debord e Denis Woods, bem como às contribuições de Ortega, Martinez, Dayrit e Saguin. Esses autores destacam que, embora a contracartografia tenha sido tradicionalmente associada à reivindicação de mapas coletivos elaborados por povos indígenas, sua aplicação se estende também às áreas da arte e da educação, uma vez que a arte...

fornece um meio criativo para comunicar aspirações, sonhos e a situação das populações marginalizadas. Através de colaboração e projetos de arte orientados para a comunidade, narrativas espaciais dos oprimidos podem resistir e sobreviver às histórias hegemônicas sobre paisagens específicas e ambientes construídos. Esses projetos podem romper narrativas cartográficas rígidas de projetos de cidade e planos mestres, expondo histórias contestadas, relações e experiências que foram silenciadas por causa de noções particulares de progresso e desenvolvimento (ITS NOT AN ATLAS, 2018, p. 145).

Portanto, para além da lógica de uma cartografia cartesiana, investigamos como a partir de experiências no local estudado podemos realizar uma atividade poética e sensível aplicada (MOURA; HERNANDEZ, 2012), podendo resultar na criação de mapas afetivos (CAON; ARAÚJO, 2019) que são construídos a partir das sensações, sentimentos e interferências que o espaço faz acontecer no corpo do pesquisador. Poderíamos, a partir desta premissa, propor uma contracartografia no parque dos povos indígenas?

Para conduzir nosso processo metodológico optamos por ativar uma pesquisa baseada em Artes

⁶ Podemos estar acostumados a pensar que os mapas são representações exatas da realidade. Porém, nem a neutralidade existe na produção dos mapas, nem existe em seu uso. Nas mãos do capitalismo e de suas instituições, as cartografias têm sido instrumentalizadas de diversas maneiras: para instaurar a ordem e executar a dominação dos colonizadores sobre os colonizados, para consolidar blocos econômicos, para justificar o controle privado sobre espaços públicos, para legitimar fronteiras, para explorar recursos naturais e bens comuns (MESQUITA, 2018, p. 26).

- PBA, que, de acordo com alguns dos parâmetros apontados por Hernández (2013) é constituída a partir de componentes estéticos com o objetivo de revelar outras formas de observação, de percepção, de interpretação e de utilização do elemento pesquisado, sem revelar soluções para os problemas políticos e sociais em questão, mas aprofundando as discussões apresentadas a partir de novos pontos de vista que somente as experiências estéticas são capazes de apresentar, sejam elas através de representações visuais, textuais, ou no nosso caso performáticas, a partir da criação e disponibilização de *audiotours* no parque dos povos indígenas.

Hernández (2013) apresenta três perspectivas principais para a formatação da escrita da Pesquisa Baseada em Artes. Dentro destas perspectivas, situamos nosso esforço dentro de uma prática performativa, a saber:

forma parte de uma metodologia de pesquisa que se centra na prática, na ação artística, desde aquilo que se denominou como “estudos performativos”. O relevante desta perspectiva é que presta atenção de maneira preferente ao papel do corpo na narrativa autoetnográfica, relação que é chave para aqueles que pretendem pesquisar a experiência performativa relacionada à música, às artes cênicas, às artes visuais ou à docência (HERNÁNDEZ, 2013, p. 53)

Mas de que lugar podemos partir para uma ação artística no parque?

Nesta pesquisa partimos da premissa de ativar o corpo no processo cognitivo, ou seja, iniciamos caminhando no parque, nos valendo da prática da deriva psicogeográfica que nada mais é que uma caminhada aleatória pelo local. Uma série de idas ao parque foram realizadas com a finalidade de ativar a percepção em torno de detalhes que pudessem, de alguma forma, conduzir o caminhar na busca por novas formas de andar e perceber o espaço.

A prática da deriva foi desenvolvida pelos Situacionistas na França em 1958. A Internacional Situacionista estabeleceu a normatização do movimento, segundo Debord (2003, p. 87) o conceito de deriva “está indissoluvelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-constructivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e de passeio”, ou seja, a deriva é um processo ativo, enquanto o passeio é meramente uma ação passiva daquele que a pratica.

Ao derivar pelo parque notamos que a homenagem feita aos povos através da criação do parque remete diretamente ao seu motivo principal de existir, que foi a celebração da realização dos Jogos Mundiais Indígenas em 2015. Entretanto, ao caminhar pelo espaço é perceptível que não há elementos das culturas originárias no local.

A partir desta primeira etapa de observações realizadas nas caminhadas, partimos para o esboço de nossa ação performativa: a criação e o desenvolvimento de uma experiência de *audiotour*. Assim, por meio de um áudio disponibilizado via *QRcode* no próprio parque, o ouvinte é conduzido por um percurso pré-estabelecido que propiciará um caminhar pelo espaço, criando uma experiência no local, surgindo assim novas cartografias afetivas no parque que revelem outras histórias.

Mas o que contaremos? E de que forma? A partir de quê? Buscaremos, então, contar de forma atraente histórias dos povos indígenas do Tocantins.

Contexto Histórico

O movimento de ocupação de muitas regiões do país na época do império se deu pela procura de ouro e minérios, aqui não foi diferente. É a partir da descoberta de reservas de ouro na região do Rio Vermelho em 1725 que bandeirantes se fixaram na área. Segundo a pesquisa de Oliveira:

a descoberta do ouro em Goiás impulsionou o povoamento de três zonas distintas, no seu imenso território, uma zona no centro-sul, com arraiais a caminho de São Paulo ou nas suas proximidades (Vila Boa); uma segunda zona na “região do Tocantins”, no alto Tocantins, considerada a região de maior densidade mineira; e, por fim, o verdadeiro norte da capitania (Estado do Tocantins), abrangendo uma extensa zona entre o rio Tocantins e o sertão da Bahia (Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real). (OLIVEIRA, 2016, p. 91)

Mesmo com estas descobertas, a região se desenvolveu lentamente por estar distante dos grandes centros comerciais, o rio Tocantins era uma das principais vias de entrada, conectando o local ao comércio de Belém e ao mar do Oceano Atlântico, além dos caminhos de terra ligando ao sul do país. Segundo Oliveira (2015), é por conta da exploração de minérios e do isolamento da comarca começaram as disputas de controle do comércio e do pagamento de impostos, essas desavenças criaram os primeiros movimentos separatistas entre sul e norte do estado de Goiás.

Uma das figuras centrais na narrativa da criação do estado, tido como um herói, vem datada de 1809, o desembargador Joaquim Teotônio Segurado, que passa a comandar a parte norte da comarca de Goiás e a lutar por melhorias para a Comarca do Norte. Essa batalha é objetivamente contra os povos indígenas que habitavam a região, principalmente os Avá - Canoeiros e os Akroá que viviam na região e segundo a visão do colonizador, “atrapalhavam” a navegação no rio Tocantins e a ocupação desta região. Segurado solicita ao governo do estado a construção de presídios ao longo das águas do Tocantins com o objetivo de manter aprisionados aqueles mais pacíficos, enquanto o restante seria exterminado sumariamente. Os sobreviventes deste genocídio foram para o trabalho forçado nas terras do agronegócio (APOLINÁRIO, 2005, p. 167 e 215). Esta foi a política indigenista desenvolvida pelo hoje ícone Teotônio Segurado, que dá nome a maior avenida da cidade.

É somente após o final do período da ditadura militar a partir da redemocratização e da efetivação da Constituição Federal de 88 que a luta política regional obteve sucesso e o estado do Tocantins foi criado. Dos anos 80 até os anos 2000 foram criados 79 novos municípios, chegando aos atuais 139.

Para o papel de capital do novo estado foram consideradas as cidades já existentes, mas a preferência foi pela construção de uma nova cidade em 1989. Estabelecida no centro geodésico do país, de leste a oeste, de norte a sul, a mais nova capital do país tornou-se o centro da nação, Palmas.

A intenção era romper com um passado austero, de exploração colonial, isolamento e decadência econômica do norte goiano para marcar 'um novo tempo', reescrevendo a história de um povo e de um lugar a partir da implantação de uma capital que projetaria o Tocantins no cenário nacional e mudaria sua predestinação ao "esquecimento" em relação ao restante do país. (OLIVEIRA, 2016, p. 108)

A construção da capital leva em consideração outras experiências modernas de cidades planejadas, como Brasília e Goiânia, "o projeto urbanístico de Palmas é de autoria dos arquitetos Luis Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, sócios-proprietários do escritório GrupoQuatro", que de acordo com eles possui um "traçado simples e lógico" (OLIVEIRA, 2016, p. 111).

Diferente de outras cidades em que as quadras são as áreas existentes entre duas ruas, aqui elas são zonas com tamanho médio de 700x700 metros, as quadras possuem grande extensão. Para o acesso às quadras vias largas, pensando no crescimento populacional, com três faixas em cada lado do tráfego, elas se conectam à uma das duas principais vias expressas, a JK (que vai de leste a oeste e se encontram na Praça dos Girassóis de onde também passa a Teotônio Segurado que se estende de norte a sul.

Do ponto de vista do pedestre, circular pelas amplas avenidas, parques, praias, áreas comerciais e pela Praça dos Girassóis configura-se como um desafio. A observação desses espaços revela que a circulação a pé para percursos de maior extensão é limitada, indicando uma baixa frequência de deslocamentos pedonais significativos na cidade.

A Caminhada

Após sua reforma, o Parque dos Povos Indígenas passou por um processo de reterritorialização, marcado por uma nova dinâmica de uso do espaço. A presença da população concentra-se, predominantemente, nas pistas de corrida e caminhada situadas nas extremidades do parque, junto às avenidas, e ao longo da trilha que acompanha a mata ciliar do córrego Sussuapara.

Observa-se uma variação significativa na frequência de pedestres ao longo do dia: durante o período da manhã, o número de usuários é consideravelmente reduzido, aumentando gradualmente ao final da tarde. Esse crescimento coincide com o início das atividades dos pontos de venda de alimentos, o que amplia os motivos de ocupação do espaço. O parque passa, então, a ser apropriado por diferentes grupos para finalidades diversas além da prática esportiva: pessoas reúnem-se para se alimentar, socializar, celebrar aniversários, ouvir música em grupos de jovens com caixas de som, além da realização de atividades físicas coletivas organizadas por instrutores.

Optamos então por realizar algumas derivas exploratórias. Segundo a Internacional Situacionista (2003, p. 65), a deriva é "modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas". Portanto, seguindo este

parâmetro situacionista, percorremos primeiramente o parque em locais já bastante utilizados pela população e aos poucos fomos explorando-o livremente.

As derivas foram realizadas em dois horários principais: no início da manhã e no final da tarde, avançando para o começo da noite. Entretanto, por conta da ocupação acima descrita, acabamos escolhendo as manhãs, em horário comercial, preferencialmente, para conseguir ter outras sensações, perceber outras sonoridades.

No encontro com os Outros e com o mundo, nos vinculamos a eles, retornamos ao mundo, encontramos corpo a corpo co. suas diferentes texturas, tensões e singularidades, reconhecendo nosso pertencimento a ele e os sentidos mais permanentes e transitórios de nossa própria humanidade (CAON, 2021, p. 209)

A pesquisa passou a ter corpo, saiu do pensamento para a prática. Em uma manhã de deriva percebemos que poderiam ser captadas as sonoridades ambientes, os resultados foram ótimos áudios com todo o tipo de textura sonora. Estar presente no local, sem ter pressa para alcançar os objetivos e ir embora, podendo esperar que os momentos possam surgir, proporcionou situações que ativaram as ideias para construção dos desvios, das insurgências.

Portanto, pretendemos para um processo de contracartografia nos basear nos mapas afetivos a partir da ação de “(...) caminhar pelos espaços (...), deixando-se levar pelas memórias afetivas de sua trajetória nele” (CAON, 2019, p.227). Mas como observar o espaço com o cuidado necessário de uma pesquisa acadêmica?

Há de se considerar que a ação, ao provocar uma nova forma de olhar e sentir o parque, foi na direção contrária de sua construção física e narrativa, considerando o discurso colonizador tanto da época imperial, quando da criação do estado. Portanto foi imprescindível buscar a construção de uma contranarrativa, que segundo Moran (2014) se refere às “narrativas que surgem do ponto de vista daqueles que foram historicamente marginalizados. A própria ideia de ‘contra’ implica um espaço de resistência contra a dominação tradicional”. Demarchi (2020) aponta que a narrativa, dentro de sua diversidade, pode ter duas principais formas, escrita e oral, trabalhamos com as duas ao desenvolver esta produção.

As caminhadas foram realizadas nas duas pistas principais. Na pista exterior, que está ao lado do asfalto, há um movimento intenso de carros, motos e ônibus, o que desconecta o usuário da vivência que pode acontecer na parte interna do parque. Já a segunda pista que se localiza ao redor da mata ciliar se encontra com a pista de fora ao chegar nas avenidas NS 04 e NS 02. O córrego que cruza o parque está canalizado na passagem das avenidas, o que dificulta aqueles mais desatentos a perceber que essa região possui um curso de água que nasce na região metropolitana e deságua no lago formado pelo rio Tocantins.

As caminhadas foram feitas a partir do mês de junho de 2022. Esta é uma época em que a

população passa a visitar com mais frequência o parque à noite, por conta das condições climáticas da cidade, além das férias escolares. Palmas está localizada no bioma do cerrado, portanto possui duas estações bem definidas: a chuvosa do verão, que vai de outubro a abril, e a seca com a chegada do inverno, que vai de maio a setembro (EMBRAPA, 2012). Neste período de junho e julho as temperaturas à noite caem bastante em relação ao dia. Gradativamente, até a volta das chuvas, a umidade do ar se torna cada vez mais baixa. Sem água as árvores e plantas ficam mais amareladas. Os ventos típicos da época movimentam a poeira da cidade.

Essas condições climáticas fazem com que a população escolha a prática de esportes e de atividades de lazer no período noturno. Portanto, um desvio que levasse os ouvintes para dentro da mata se tornou inviável por questões de segurança. Assim, as caminhadas foram concentradas na parte sul do parque, onde estão os principais equipamentos e a iluminação noturna funciona melhor.

A ação começa em frente à Fava de Bolota, marco da criação do estado do Tocantins. Ela está cercada de bancos aos seus pés, de um passeio feito de pedras em formato circular e ao final do círculo estão espalhados mais bancos. Revelando a importância da árvore, em sua frente possui uma grande pedra, nela há uma placa onde se lê:

“Estado do Tocantins – Praça da Árvore: no princípio do ano de 1989, neste local, à sombra desta árvore, uma fava de bolota (*Parkia platycephala*), o Governador Siqueira Campos decidiu: ‘Aqui construirei a cidade de Palmas, a nova capital do Tocantins.’ Palmas, 20 de maio de 1997”

Durante o percurso proposto, o ouvinte é convidado a observar diferentes espaços de relevância simbólica e ambiental no Parque dos Povos Indígenas. Entre esses, destaca-se o local onde se encontram a pedra e a árvore conhecida como Fava, escolhido para a realização de uma experiência imersiva. A proposta consiste em deitar-se à sua sombra e escutar uma narrativa de origem do mundo segundo a tradição do povo Karajá, conforme registrada por João Américo Peret (1979) na obra *Mitos e Lendas Karajá*. A seleção desse material se justifica pela riqueza e profundidade de seu conteúdo, fruto de uma extensa pesquisa de campo conduzida por Peret entre as décadas de 1950 e 1970. O autor baseou-se em uma convivência prolongada com a comunidade Karajá, realizando entrevistas com diversas lideranças espirituais e políticas, como os pajés Kuriála, Oubedo, Texibré e Uatauzim, o conselheiro Arutana, e os caciques Maluá e Uatau. Em seguida propomos ao ouvinte se levantar e caminhar em direção ao lado oposto do parque, finalizando perto da região da pista de skate, observando e vivenciando durante o caminho as características do parque: a temperatura, o som, as cores, suas estruturas e ao pensar nestes espaços, que eles significam. Ao pensar o parque problematizamos a sua criação por meio de uma produção mais analítica do espaço pelo ouvinte. Antes da última contação de história propomos a ação de achar um monumento em homenagem aos povos indígenas. Os ouvintes nesse momento conhecerão o surgimento dos *Inã-Son-Wera* (gente verdadeira),

a criação do povo Karajá.

Buscamos compor a trilha sonora da experiência com músicas dos povos indígenas que habitam territórios no estado do Tocantins. Ao pesquisar músicas dos povos originários, apesar das dificuldades, encontramos dois importantes registros, o primeiro um álbum de propriedade do cantor e produtor cultural Genésio Tocantins, que disponibilizou o item para a pesquisa, o CD chamado “Krahò Ampó-Hu – Todas as Sementes”, é um projeto da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB) da Universidade Federal de Goiás (UFG) com 18 músicas do povo Krahò, lançado no final da década de 1990. Outra gravação observada do Povo Krahó, interpretada pelo Grupo Incerer, foi ouvida para a pesquisa. Ela foi realizada pelo Sesc Tocantins e integrou a programação da Mostra Nacional do Sonora Brasil em sua 24ª edição. Para a abertura e fechamento a música escolhida foi “Tema para Iná Moreno”, composta pelo professor, artista, ativista e produtor cultural Diego Brito, que possui elementos da cultura indígena, pois Brito vem realizando e produzindo trabalhos com povos indígenas. A escolha dessa metodologia se dá pela oportunidade de apresentar a cultura musical indígena para o ouvinte, que pode não ter acesso a essa importante expressão cultural.

Audiotour como uma intervenção crítica no Parque

Assim como Palmas, o parque foi pavimentado em uma paisagem típica do cerrado, ao lado de um curso d'água em direção ao Rio Tocantins, uma paisagem já existente, que foi apagada com a construção. Sua criação, embora fosse uma homenagem, não teve por parte das gestões um interesse de propiciar real engajamento das populações indígenas com esse espaço tão importante. Atualmente, por exemplo, além do nome, o parque não possui quase que nenhuma referência aos povos originários em sua paisagem, a não ser por uma escultura escondida entre as árvores e uma placa criadas a época da inauguração, ambas deterioradas pelo tempo e quase imperceptíveis para os caminhantes.

Figura 2: Totem homenagem aos povos indígenas



Fonte: Autor.

O contínuo apagamento dessa simbologia, somada à tendência de poucas interações sociais e de trocas culturais, somada ao uso mecânico do local poderá transformá-lo em um “não-lugar”. Os “não-lugares” são espaços de mediação contratual, que não geram vínculos. Se os lugares criam organicidade, os não-lugares criam tensão e solidão.” (TEIXEIRA, p. 11). A proposta do *audiotour*, foi justamente a produção de experiências e identidades com aquele território, em conexão com os povos originários, fazendo dele um “lugar” para aqueles que experimentam a proposta, pois observamos que no curso do percurso histórico do Parque a sua imagem tem sido transmutada, gerando um esvaziamento das etnicidades que deveriam ser inerentes à sua própria imagem.

Assim, pode-se dizer que o Parque dos Povos Indígenas representa uma homenagem aos povos indígenas, que pulsa em seu centro, é caro à cidade e à comunidade palmense, mas parece permanecer impassível em sua representação, esvaído do seu sentido. Um sentido que o *audiotour* busca incentivar.

Afinal, Marcia Kambeba (2020), nos iluminando o caminho, assegura: “é preciso fazer o caminho de volta, do conhecimento das identidades e ancestralidades para a narração de sua memória. No século 21, nosso arco e flecha são a educação e a literatura” (2020, p. 29). Parafraseando a autora, dizemos que “o arco e flecha” são também a memória, a cultura, a comunicação, a voz, a palavra e, por que não, a caminhada.

Referências

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akróas e Outros Povos Indígenas nas Fronteiras do Sertão - As praticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás - Século XVIII**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ARCHELA, Rosely Sampaio. Evolução Histórica da Cartografia no Brasil – Instituições, formação profissional e técnicas e fotográficas. **Revista Brasileira de Cartografia**, Uberlândia – MG, n. 29/03, p. 213-223, dez. 2017.

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. Tradução de Méri Frostcher. In: ERLI, A.; NÜNNING, A (Org.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 191, de 06 de fevereiro de 2020**. Redulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restituição do usufruto de terras indígenas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.633, de 14 de maio de 2020**. Altera a Lei nº 11.952/2009 que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 984, de 20 de fevereiro de 2019**. Altera a Lei nº 9.985/2000 para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192602>. Acesso em: 10 set. 2021.

CAON, Paulina Maria. Paisagens do caminhar – experiências corporais e aprendizagens em caminhadas com programas performativos. *In: textura.*, Canoas, v. 23, n. 54, p. 193-210, abr/jun. 2021.

CAON, Paulina Maria; ARAÚJO, Getúlio Góis de. Caminhar, desacelerar – uma experiência com audiotour e fotoperformance na escola. *In: Urdimento*, Florianópolis – SC, v.1, n.34, p. 224-235, mar./abr. 2019.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: O caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Involuntários da Pátria – elogio do subdesenvolvimento. *In: Caderno de Leituras: Periódico*. Belo Horizonte: Chão da Feira. N°.65. 2017

CONEXÃO TOCANTINS. **Eduardo entra em consenso com o prefeito Amastha para manter placa histórica na Praça da Árvore**. Disponível em: <<https://www.unitins.br/nativasdigitais/especie/fava-de-bolota>>. Acesso em 06 jun. 2022.

DEBORD, Guy-Ernest. Teoria da Deriva. *In: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). Apologia da Deriva: Escrito situacionista sobre a cidade/ Internacional situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 87-91.

[DEMARCHI, André](#). Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: Cynthia Mara Miranda; Máira Evangelista de Sousa; Carlos Alberto de Carvalho; Leandro Rodrigues Lage. (Org.). **Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades**. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2020, v. 1, p. 65-90.

EMBRAPA. Embrapa Cerrados. **O cerrado**. Disponível em: <<https://www.cpac.embrapa.br/unidade/ocerrado/#:~:text=H%C3%A1%20duas%20esta%C3%A7%C3%B5es%20bem%20definidas,meses%20de%20janeiro%20e%20fevereiro>>. Acesso em 25 jul. 2022.

GRÓS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2010.

GRUPO Incer | Povo Krahô | A música dos Povos Originários do Brasil. SESCTO. 2021. 1 vídeo (32.56 min). Disponível em: <https://youtu.be/Bq7-8HKSFyg>. Acesso em 15 abr 2022.

GUERRAS no Brasil.Doc. Luiz Bolognesi/Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi. Local: Curta!. 2019. Disponível em <https://netflix.com/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

HERNÁNDEZ, Fernando Hernández. A Pesquisa Baseada nas Artes: Propostas para repensar a pesquisa educativa. *In*: DIAS, Belidson; IRWIN, Rita L. (Org.). **Pesquisa educacional baseada em arte: a/ r/ tografia**. Santa Maria – RS: Ed. da UFSM, 2013, p. 39-62, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Cidades e Estados. **Palmas**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/palmas.html>>. *Aceso em*: 14 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Definições. *In*: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da Deriva: Escrito situacionista sobre a cidade/ Internacional situacionista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 65-66.

KAMBEBA, M. W. **Saberes da floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020, 168p.

KRAHÔ AMPÓ-HU – TODAS AS SEMENTES [Kàpey – União das Aldeias Krahô] Itacajá – TO 1999, 1 CD (41,62 min).

KRENAK, Ailton. **Ideias pra adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MESQUITA, André. Counter-cartographies: Politics, art and the insurrection of Maps. *In*: KOLLEKTIVORANGOTANGO+. **This is Not na Atlas**. Frankfurt am Main: Biblioteca Nacional da Alemanha, 2018, p. 26-35.

MORA, Raúl Alberto. Counter-Narrative.. *In*: **Key Concepts in Cultural Dialogue**. Washington, DC,

n° 36, 2014.

MOURA, Carla Borin; HERNANDEZ, Adriane. Cartografia como Método de Pesquisa em Arte. *In: Seminário de História da Arte do Centro de Artes da UFPel*, XI, n. 2, 2012, Pelotas – RS, **Anais**: n.p.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. **Centros Urbanos e Espaços Livre Públicos: Produção e apropriação em Palmas–TO**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

ORTEGA, Arnisson Andre C.; MARTINEZ, Ma. Simeona M.; DAYRIT, Cian; SAGUIN, Kristian Karlo C.. Counter-Mapping for Resistance and Solidarity in Philippines: Between Art, Pedagogy and Community. *In: KOLLEKTIVORANGOTANGO+. This is Not na Atlas*. Frankfurt am Main: Biblioteca Nacional da Alemanha, 2018, p. 144-148.

PERET, João Americo. **Mitos e Lendas Karajá; Inã Son Wéra**. Rio de Janeiro. 1979.

PORTO JÚNIOR, Gilson; ANJOS, Ana Carolina Costa. Comunicação e Cultura Contemporânea: uma narrativa televisiva da construção social de símbolos identitários em Palmas-Tocantins. *In: PORTO JÚNIOR, Gilson; BAPTISTA, Renato Dias; CRUZ, Fernando da (Org.). Convergência entre os campos de comunicação, democracia e gestão social, Volume 2*. Porto Alegre – RS, Editora Fi, 2017, p. 11-38.

SEEMANN, Jörn. Mapas e as suas “Agendas escondidas”: Propostas para uma “cartografia crítica” no ensino da Geografia. *In: Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia*, VII, set. 2003, Vitória/ES, **Anais**: p. 24-31.

TEIXEIRA, Adailton Alves. **Território, teatro de rua e o direito à cidade**. São Paulo: Pólis, 2014.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. **Palmas 30 anos: Em entrevista exclusiva, Siqueira**

Campos diz que Palmas integrou e fortaleceu a economia do Tocantins. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secom/palmas-30-anos-em-entrevista-exclusiva-siqueira-campos-diz-que-palmas-integrou-e-fortaleceu-a-economia-do-tocantins/2v6s48a0yerl>>. Acesso em 05 abr. 2022.

UNITINS. Nativas Digitais. **Fava de Bolota.** Disponível em: <<https://www.unitins.br/nativasdigitais/especie/fava-de-bolota>>. Acesso em 06 jun. 2022.